

**MUNICIPIO DE CAMPO LARGO**

Pág 1 / 1

Processo Digital

Comprovante de Abertura do Processo - NOVO Comprovante

Código - Processo: 722826

COMPROVANTE DE ABERTURA**Processo: Nº 16973/2025 Cód. Verificador: CZ37QJM2**

Requerente: 163120 - CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
CPF/CNPJ: 01.653.199/0001-10
Endereço: RUA DA SUBESTACAO DE ENOLOGIA **CEP:** 83.601-450
Cidade: Campo Largo **Estado:** PR
Bairro: VILA BANCARIA
Fone Res.: (04) 1392-3103 **Fone Cel.:** Não Informado
E-mail: legislativo2@cmcampolargo.pr.gov.br
Assunto: SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
Subassunto: GOVERNO - PROTOCOLOS CÂMARA (FLUXO)
Data de Abertura: 07/03/2025 15:26
Previsão: 22/03/2025
1º Movimento:

Anexos

Comprovante de Abertura.pdf

Observação

OFÍCIO Nº 260/2025 ENCAMINHANDO O REQUERIMENTO Nº 324/2025 DE AUTORIA DO VEREADOR DARCI ANTONIO ANDREASSA JÚNIOR.

- Para consulta de processos de "Protocolo" pela internet, acesse: campolargo.atende.net.
- Localize, no portal de serviços, a opção "Cidadão" e na busca serviços "Protocolo".
- Para realização de consultas, tenha em mãos o número e o ano de seu processo, bem como o código verificador, constantes no cabeçalho deste comprovante.
- Seu processo está aberto. Alertamos que o não envio dos documentos necessários suspenderá o trâmite do seu processo até a devida regulação.

CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

**MUNICIPIO DE CAMPO LARGO**

Pág 1 / 1

Processo Digital
Comprovante de Abertura do Processo - NOVO Comprovante
Código - Processo: 722826

COMPROVANTE DE ABERTURA**Processo: Nº 16973/2025 Cód. Verificador: CZ37QJM2**

Requerente: 163120 - CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
CPF/CNPJ: 01.653.199/0001-10
Endereço: RUA DA SUBESTACAO DE ENOLOGIA **CEP:** 83.601-450
Cidade: Campo Largo **Estado:** PR
Bairro: VILA BANCARIA
Fone Res.: (04) 1392-3103 **Fone Cel.:** Não Informado
E-mail: legislativo2@cmcampolargo.pr.gov.br
Assunto: SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
Subassunto: GOVERNO - PROTOCOLOS CÂMARA (FLUXO)
Data de Abertura: 07/03/2025 15:26
Previsão: 22/03/2025
1º Movimento:

Observação

OFÍCIO Nº 260/2025 ENCAMINHANDO O REQUERIMENTO Nº 324/2025 DE AUTORIA DO VEREADOR DARCI ANTONIO ANDREASSA JÚNIOR.

- Para consulta de processos de "Protocolo" pela internet, acesse: campolargo.atende.net.
- Localize, no portal de serviços, a opção "Cidadão" e na busca serviços "Protocolo".
- Para realização de consultas, tenha em mãos o número e o ano de seu processo, bem como o código verificador, constantes no cabeçalho deste comprovante.
- Seu processo está aberto. Alertamos que o não envio dos documentos necessários suspenderá o trâmite do seu processo até a devida regulação.

CAMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

Fls.

**CÂMARA MUNICIPAL
DE CAMPO LARGO**

Ofício nº 260/2025

Campo Largo, 07 de Março de 2025.

Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal,

Cumpro o dever de encaminhar a Vossa Excelência, fotocópia do requerimento nº 324/25 de autoria do Vereador Darci Antonio Andreassa Júnior, aprovado por unanimidade de votos por esta Casa Legislativa, na sessão ordinária de 06 de Março do corrente, solicitando implantação de bebedouros públicos na Praça da Matriz.

Sem mais, renovo os meus protestos de elevada estima e distinto apreço.

Alexandre Guimarães

Presidente

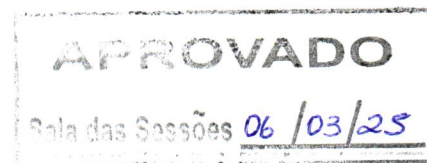
EXMO. SR.

Maurício Rivabem

Prefeitura Municipal de Campo Largo



CÂMARA MUNICIPAL
DE CAMPO LARGO



Gabinete do Vereador Junior Andreassa

Em 24 de fevereiro de 2025.

Requerimento de número 16/2025

Exmo. Sr. Alexandre Guimarães, Presidente da Câmara Municipal de Campo Largo.
JUNIOR ANDREASSA, Vereador que a este subscreve, no exercício das suas atribuições regimentais, vem, com o devido acatamento perante vossa excelência, solicitar que, após ser ouvido o plenário e, se aprovado, seja encaminhado **PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS AO PODER EXECUTIVO DESSE MUNICÍPIO SOLICITANDO A IMPLANTAÇÃO DE BEBEDOUROS PÚBLICOS PARA PESSOAS E ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO NO CENTRO DA CIDADE NA PRAÇA DA MATRIZ.**

Justificativa: Essa solicitação tem como objetivo atender às necessidades da comunidade de Campo Largo, promovendo maior conforto e bem-estar para os cidadãos que frequentam esse local. O acesso à água potável é essencial, especialmente em áreas de lazer e convivência, onde o fluxo de pessoas é constante, incluindo famílias, esportistas e turistas.

A instalação dos bebedouros também reforça o compromisso do município com a saúde pública, incentivando a hidratação adequada e a sustentabilidade, ao reduzir o uso de garrafas plásticas descartáveis.

Conto com a atenção do Executivo para que essa melhoria seja implementada o mais breve possível. Abaixo ilustro com exemplo de outros municípios a melhoria solicitada para nossa cidade.

Atenciosamente,


JUNIOR ANDREASSA

Rua Subestação de Enologia, 2008 – Campo Largo – PR – CEP: 83601-450

Fone/Fax: (41) 3392-1717 / 3392-1082 / 3392-3103

www.campolargo.pr.gov.br

324/2025
26/02/25
②



CÂMARA MUNICIPAL
DE CAMPO LARGO

MODELO



RUA SUBESTAÇÃO DE ENOLOGIA, 2008 - CEP 83601-450 - CAMPO LARGO - PARANÁ
FONE: (41) 3392-1717

E-mail: cmcampolargo@cmcampolargo.pr.gov.br

Home page: www.campolargo.pr.leg.br



CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL
DE MEIO AMBIENTE

DESPACHO

Autos n.º 16973/2025

1. Ciente nesta data.
2. Encaminhe-se o presente expediente para a Diretoria de Sustentabilidade para que seja elaborado estudo de viabilidade para a implantação do equipamento.
3. Concluído os estudos, retorne-se os autos para deliberação do Secretário.

THIAGO DE LIMA TEIXEIRA
Secretário de Meio Ambiente

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 05/04/2025 11:26 -03:00 - 03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p0603178f06def>





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**

Campo Largo, 10 de Abril de 2025.

Processo: 16973/2025

Requerente: Câmara Municipal de Campo Largo

Trata-se de um pedido do nobre Edil Júnior Andreassa, requerendo a implantação de bebedouros públicos para pessoas e animais de estimação na Praça Atílio de Almeida Barbosa, no Município de Campo Largo.

No contexto histórico, a universalização dos serviços de água e saneamento recomendada pela Lei Federal N° 11.445 de 5 de Janeiro de 2007, a qual Estabelece as Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico no Brasil, tange principalmente os domicílios convencionais.

Passado mais de dez anos após o reconhecimento dos direitos à água e o saneamento como Direitos Humanos, um relatório emitido pelas Nações Unidas divulgando as esferas da vida fora do domicílio, no qual entram os espaços públicos, evidencia um assunto pouco explorado no contexto de políticas públicas como a instalação de bebedouros no contexto de padrões normativos e de regulação desses serviços.

Deste modo, nas políticas públicas de saneamento no Brasil, não há menção específica sobre esses serviços, embora sejam de suma importância para população e estejam relacionados aos direitos à água.

Contudo, destaca-se que na Constituição Federal (BRASIL, 1988), é dever e competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios promover programas e garantir melhorias explícitas que contemplem a população em esferas da vida além do domicílio.

Nesse sentido, conforme prevê o Art. 3º inciso III, do Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257 (BRASIL, 2001), documento este que estabelece um arcabouço jurídico para as políticas de desenvolvimento local e planejamento, compete à União:





PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

III – promover, por iniciativa própria e em conjunto com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, programas de construção de moradias melhoria das condições habitacionais, de saneamento básico, da calçadas, dos passeios públicos, do mobiliário urbano e dos demais espaços de uso público; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (grifo dos autores)

Desta forma, mesmo quando a oferta de dispositivos urbanos ser prevista para garantir serviços para uma cidade sustentável, não há especificadamente um cardápio sobre tais serviços e quais devem ser entregues à população, sendo assim, essa definição fica sob a responsabilidade do poder executivo municipal.

Nesse sistema, conceitua-se o estudo de cada caso em específico, levando em conta o problema como caso exposto, a solução tangenciando-se a instalação do pedido, e a análise sistemática como um todo da questão, ou seja, o custo, a manutenção, o aproveitamento, a acessibilidade e a responsabilidade de entregar o produto por um longo período de tempo sem declinar as condições propícias para seu uso sem afetar a saúde dos usuários como a oneração dos cofres públicos.

A ciência do bem-estar animal é um campo de estudo que envolve várias áreas do conhecimento. Seu principal objetivo é entender, identificar e reconhecer as necessidades básicas dos animais, buscando medir e aplicar esse conhecimento de forma prática (Keeling et al., 2011).

Os animais de estimação possuem uma grande importância na sociedade pois trazem diversos benefícios para a vida das pessoas. Dentre esses benefícios destacam-se a redução da depressão, do estresse e da ansiedade. Eles também ajudam a melhorar o humor, incentivam a prática de atividades saudáveis e promovem a socialização, especialmente entre idosos e pessoas com deficiências físicas e mentais.

O bem-estar animal pode ser definido como o estado físico e psicológico de um indivíduo em relação às suas tentativas de se adaptar ao meio em que vive. De acordo com Mellor et al. (2009), o bem-estar animal é um estado próprio do animal em um dada circunstância, representado pela somatória de todas as experiências emocionais ou afetivas vivenciadas pelo animal a partir de causas internos e externos aos quais ele está sujeito. Neste princípio, se pode





PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

entender que o bem estar de um animal pode ser interpretado de como seu tutor interage e o coloca a determinadas situações.

Segundo a legislação vigente que abrange a questão de maus tratos, a qual pode ser definida como qualquer situação ou crueldade contra animais realizadas de formas diretas ou indiretas capazes de promover ou provocar a privação das necessidades básicas, sofrimento físico, psicológico, patológico ou morte dos animais, tais como abandono, agressões, privação de alimento e água, trabalhos excessivos e muitas outras.

Contudo devido a grande convivência entre humanos e animais, essa questão tornou-se de extrema relevância para a saúde pública, uma vez que os animais são potenciais fontes de transmissão de doenças aos seres humanos e entre eles mesmos. Doenças como a toxoplasmose, a raiva e a leptospirose podem ser transmitidas pela água entre animais e seres humanos.

Partindo do discernimento explicado sobre bem estar animal, maus tratos e zoonoses, é prevalente concluir que os tutores são responsáveis pela maioria das coisas que podem acontecer aos seus animais, desde o bem estar e maus tratos, como a propagação de doenças.

Neste sentido, cabe destacar que um abastecimento coletivo para os animais em parques e praças pode não ser apropriado para esta ocasião, uma vez que cabe ao tutor alimentar e dar água à ele. Neste sentido, essa responsabilidade adequada garantirá a prevenção de zoonoses, uma vez que estas podem ser transmitidas por animais errantes que podem contaminar a água desses locais.

Dado o exposto, esse Departamento é favorável a implantação de bebedouros nos parques e praças da cidade após estudo minudente de cada situação e desfavorável nesta ocasião a implantação de bebedouros aos animais dado fundamento supra.

Sem mais para o momento, estamos à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas que se fizerem necessárias.





PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Anderson Luiz Soek
Diretor de Gestão de Parques Urbanos

Faviano Luiz Andreassa
Diretoria de Sustentabilidade e Horto Municipal

Thiago de Lima Teixeira
Secretário Municipal

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 10/04/2025 15:19 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p0578b6bfa93fc>.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**

Campo Largo, 10 de Abril de 2025.

Processo: 16973/2025

Requerente: Câmara Municipal de Campo Largo

Trata-se de um pedido do nobre Edil Júnior Andreassa, requerendo a implantação de bebedouros públicos para pessoas e animais de estimação na Praça Atílio de Almeida Barbosa, no Município de Campo Largo.

No contexto histórico, a universalização dos serviços de água e saneamento recomendada pela Lei Federal Nº 11.445 de 5 de Janeiro de 2007, a qual Estabelece as Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico no Brasil, tange principalmente os domicílios convencionais.

Passado mais de dez anos após o reconhecimento dos direitos à água e o saneamento como Direitos Humanos, um relatório emitido pelas Nações Unidas divulgando as esferas da vida fora do domicílio, no qual entram os espaços públicos, evidencia um assunto pouco explorado no contexto de políticas públicas como a instalação de bebedouros no contexto de padrões normativos e de regulação desses serviços.

Deste modo, nas políticas públicas de saneamento no Brasil, não há menção específica sobre esses serviços, embora sejam de suma importância para população e estejam relacionados aos direitos à água.

Contudo, destaca-se que na Constituição Federal (BRASIL, 1988), é dever e competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios promover programas e garantir melhorias explícitas que contemplem a população em esferas da vida além do domicílio.

Nesse sentido, conforme prevê o Art. 3º inciso III, do Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257 (BRASIL, 2001), documento este que estabelece um arcabouço jurídico para as políticas de desenvolvimento local e planejamento, compete à União:





PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

III – promover, por iniciativa própria e em conjunto com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, programas de construção de moradias melhoria das condições habitacionais, de saneamento básico, da calçadas, dos passeios públicos, do mobiliário urbano e dos demais espaços de uso público; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (grifo dos autores)

Desta forma, mesmo quando a oferta de dispositivos urbanos ser prevista para garantir serviços para uma cidade sustentável, não há especificadamente um cardápio sobre tais serviços e quais devem ser entregues à população, sendo assim, essa definição fica sob a responsabilidade do poder executivo municipal.

Nesse sistema, conceitua-se o estudo de cada caso em específico, levando em conta o problema como caso exposto, a solução tangenciando-se a instalação do pedido, e a análise sistemática como um todo da questão, ou seja, o custo, a manutenção, o aproveitamento, a acessibilidade e a responsabilidade de entregar o produto por um longo período de tempo sem declinar as condições propícias para seu uso sem afetar a saúde dos usuários como a oneração dos cofres públicos.

A ciência do bem-estar animal é um campo de estudo que envolve várias áreas do conhecimento. Seu principal objetivo é entender, identificar e reconhecer as necessidades básicas dos animais, buscando medir e aplicar esse conhecimento de forma prática (Keeling et al., 2011).

Os animais de estimação possuem uma grande importância na sociedade pois trazem diversos benefícios para a vida das pessoas. Dentre esses benefícios destacam-se a redução da depressão, do estresse e da ansiedade. Eles também ajudam a melhorar o humor, incentivam a prática de atividades saudáveis e promovem a socialização, especialmente entre idosos e pessoas com deficiências físicas e mentais.

O bem-estar animal pode ser definido como o estado físico e psicológico de um indivíduo em relação às suas tentativas de se adaptar ao meio em que vive. De acordo com Mellor et al. (2009), o bem-estar animal é um estado próprio do animal em um dada circunstância, representado pela somatória de todas as experiências emocionais ou afetivas vivenciadas pelo

icipio, se pode





PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

entender que o bem estar de um animal pode ser interpretado de como seu tutor interage e o coloca a determinadas situações.

Segundo a legislação vigente que abrange a questão de maus tratos, a qual pode ser definida como qualquer situação ou crueldade contra animais realizadas de formas diretas ou indiretas capazes de promover ou provocar a privação das necessidades básicas, sofrimento físico, psicológico, patológico ou morte dos animais, tais como abandono, agressões, privação de alimento e água, trabalhos excessivos e muitas outras.

Contudo devido a grande convivência entre humanos e animais, essa questão tornou-se de extrema relevância para a saúde pública, uma vez que os animais são potenciais fontes de transmissão de doenças aos seres humanos e entre eles mesmos. Doenças como a toxoplasmose, a raiva e a leptospirose podem ser transmitidas pela água entre animais e seres humanos.

Partindo do discernimento explicado sobre bem estar animal, maus tratos e zoonoses, é prevalente concluir que os tutores são responsáveis pela maioria das coisas que podem acontecer aos seus animais, desde o bem estar e maus tratos, como a propagação de doenças.

Neste sentido, cabe destacar que um abastecimento coletivo para os animais em parques e praças pode não ser apropriado para esta ocasião, uma vez que cabe ao tutor alimentar e dar água à ele. Neste sentido, essa responsabilidade adequada garantirá a prevenção de zoonoses, uma vez que estas podem ser transmitidas por animais errantes que podem contaminar a água desses locais.

Dado o exposto, esse Departamento é favorável a implantação de bebedouros nos parques e praças da cidade após estudo minudente de cada situação e desfavorável nesta ocasião a implantação de bebedouros aos animais dado fundamento supra.

Sem mais para o momento, estamos à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas que se fizerem necessárias.





PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Anderson Luiz Soek

Diretor de Gestão de Parques Urbanos

Jaqueline Chibicheski

Diretora do Departamento de
Proteção Ambiental

Vistas:

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 15/04/2025 08:01 - 03:00 - 03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://c.ipm.com.br/p679d386f613ec>.





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL
DE MEIO AMBIENTE

Processo: 16973/2025

Excelentíssimo Senhor **Vereador Darci Antonio Andreassa Junior,**

Sobre o solicitado no ofício em epígrafe, cumpre informar que a Secretaria de Meio Ambiente reconhece a relevância da proposição, mas não possui condições técnicas e financeiras para implantá-la neste momento conforme parecer técnico em anexo.

Permanecemos à disposição para quaisquer outras informações e iniciativas que possam contribuir para o aprimoramento das políticas públicas voltadas ao bem-estar animal.

Atenciosamente,

Thiago De Lima Teixeira
Secretário Municipal do Meio Ambiente

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 18/05/2025 16:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.ipm.com.br/p2aba6a6ada85d2>.





PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

Campo Largo, 19 de maio de 2025

Senhor Presidente,

Pelo presente, em resposta ao requerimento nº 324/2025, de autoria do ilustre Vereador Darci Andreassa Junior, segue resposta da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Esperando ter dado atendimento a contento quanto às informações solicitadas, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

Maurício Rivabem

Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor

Alexandre Guimarães

Presidente da Câmara de Vereadores

Campo Largo – Pr

Av. Padre Natal Pigato, 925 - Vila Elisabeth Campo Largo - PR, 83607-240 - Telefone: (41) 3291-5000.